

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado,

**BANCO CSF S.A.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 296, 19 e 20 andares-parte, bairro Vila Cordeiro, CEP 04583-110, inscrita no CNPJ/MF nº. 08.357.240/0001-50, neste ato representado na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente "CONTRATANTE" ou "PARTE";

E, de outro lado,

**GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA**, sociedade empresária com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Avenida Yojiro Takaoka, nº4384, Alphaville, CEP 06.541-038, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.130.013/0001-64, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante designada simplesmente "CONTRATADA" ou "PARTE".

CONTRATANTE e CONTRATADA, neste ato referidas em conjunto simplesmente como "PARTES", decidem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços (o "CONTRATO"), que será regido e interpretado em conformidade com os seguintes termos e condições, a saber:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente CONTRATO tem como objeto a prestação dos Serviços, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, visando atender as necessidades da CONTRATANTE no exercício de suas atividades, na gestão de programas e sistemas informatizados de controle de acesso da CONTRATANTE.

1.2. Se, porventura, no curso do presente CONTRATO, a CONTRATANTE necessitar que a CONTRATADA estenda ou reduza seus Serviços, em relação aos estabelecimentos ou ao escopo dos Serviços, deverá ser enviada uma notificação, por correio ou e-mail, observado o item 18.11. Qualquer alteração deverá ser feita por meio de aditivo contratual fixando as novas condições comerciais, o qual passará ter validade após ser assinado pelos representantes legais ou procuradores devidamente constituídos pelas PARTES.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ANEXOS**

2.1. Compõem o presente CONTRATO os seguintes anexos, os quais fazem parte integrante deste instrumento:

**Anexo I:** Anexo de Segurança da Informação

**Anexo II:** Proposta Técnica e Comercial GW002344

2.2. Os Anexos acima descritos complementam as disposições contratuais e na hipótese de dúvidas ou contradições entre um Anexo e o CONTRATO, prevalecerá o que dispuser o CONTRATO.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

3.1. Pelos Serviços ora contratados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, desde que esta se encontre adimplente com suas obrigações, **36 (trinta e seis)** parcelas iguais e sucessivas no valor de **R\$ 74.467,40 (setenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)** cada uma, perfazendo um valor total de **R\$ 2.680.826,40 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)**.

3.2. Todos os custos dos Serviços pela CONTRATADA estão considerados no valor proposto. No referido valor também já estão inclusos todos os impostos incidentes sobre o presente CONTRATO, especialmente o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, bem como todos os materiais, mão de obra e quaisquer outros custos necessários à prestação dos Serviços, além do lucro da CONTRATADA.

3.2.1. Os tributos devidos, se não sujeitos à retenção tributária, serão recolhidos pela CONTRATADA sempre no local da efetiva prestação de serviços.

3.2.2. O preço fixado neste CONTRATO é expresso em real e em valor presente, constituindo a única forma de pagamento dos Serviços objeto deste CONTRATO.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO**

4.1. A CONTRATADA emitirá contra a CONTRATANTE uma fatura correspondente ao preço dos Serviços, com o devido destaque do valor da retenção dos tributos devida sobre o valor da mesma, que deverá ser recebida pela CONTRATANTE com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência de seu vencimento no local onde estiver sendo realizada a prestação dos respectivos Serviços.

4.2. Os pagamentos ocorrerão sempre no dia 12 (doze) de cada mês se for dia útil, pois caso recaia em final de semana ou feriado o pagamento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, e desde que respeitado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias entre a data do recebimento da fatura/NF e a do vencimento. Na hipótese de atraso do pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, a mesma será submetida a uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido em aberto, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, pro rata, ficando assim excluída a aplicação de quaisquer outras penalidades ou sanções previstas em lei ou neste CONTRATO.

4.2.1. Caso ocorra atraso na entrega das notas fiscais / faturas e ou dos documentos que por força deste CONTRATO deverão acompanhá-las, o pagamento será postergado proporcionalmente aos dias de atraso, independentemente de notificação, sem a incidência de quaisquer ônus ou penalidades e sem prejuízo da continuidade dos Serviços. Caso seja constatado algum erro nas notas fiscais / faturas e ou nos referidos documentos, autorizará a CONTRATANTE a devolver as faturas e suspender os pagamentos até nova entrega da nota fiscal / fatura e documentos corrigidos, independentemente de notificação, sem a incidência de quaisquer ônus ou penalidades e sem prejuízo da continuidade dos Serviços.

4.2.2. A CONTRATANTE poderá, a seu exclusivo critério, proceder a retenções contratuais e/ou legalmente devidas, bem como da totalidade e parcelas de pagamentos para fazer frente a despesas que eventualmente seja compelida, judicial ou administrativamente, a realizar em razão de atos, fatos, pessoas ou coisas sob responsabilidade legal ou contratual da CONTRATADA, ou ainda para se ressarcir das multas contratuais devidas em razão do descumprimento, por parte da CONTRATADA, de obrigações decorrentes deste CONTRATO.

4.3. Eventuais divergências sobre os valores faturados poderão ser equacionadas e acertadas em faturas posteriores àquela que tiver apresentado a diferença.

4.4. Salvo expressa anuência da CONTRATANTE, todo e qualquer pagamento será efetuado apenas e tão somente diretamente à CONTRATADA, eximindo-se a CONTRATANTE de todo e qualquer pagamento a qualquer sociedade ou pessoa que não a CONTRATADA. Nesse sentido, fica vedado à CONTRATADA promover o desconto de títulos em instituições financeiras ou empresas de factoring ou ainda de gravar ou onerar a qualquer título eventuais créditos ou direitos de crédito em relação à CONTRATANTE, em decorrência da execução deste CONTRATO, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, a CONTRATANTE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, incontinenti, à pessoa física ou jurídica que os houver apresentado, inclusive em operações de factoring.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS DUPLICATAS**

5.1. Em razão do meio de pagamento convencionado a CONTRATADA renuncia neste ato e de forma irrevogável e irretratável, à faculdade de emissão de duplicatas prevista no art. 2º da Lei 5.474/68, em decorrência dos faturamentos pelos Serviços prestados nos termos deste CONTRATO.

#### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6. Além de todas as obrigações decorrentes de leis aplicáveis a este CONTRATO e das assumidas nas suas demais cláusulas e Anexos, a CONTRATADA se obriga especialmente a:

6.1. Realizar os Serviços dentro dos mais avançados padrões técnicos e de qualidade, possuindo e mantendo atualizadas todas as licenças e condições exigidas para o exercício de sua atividade pelos órgãos públicos competentes, utilizando sempre materiais adequados e de qualidade, de acordo com as especificações técnicas aplicáveis, sempre observando a integral e boa execução do objeto deste Contrato, de acordo com as normas técnicas previstas em lei e/ou na política adotada pela CONTRATANTE.

6.2. Responsabilizar-se diretamente pela permanente supervisão, controle, direção técnica e fiscalização de seus colaboradores utilizados na execução deste CONTRATO, não cabendo à CONTRATANTE qualquer encargo administrativo, de horário, ou disciplinar.

6.3. Utilizar, quando da prestação de Serviços, profissionais especializados e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidade, com ênfase na área tributária, civil, previdenciária, trabalhista e consumerista. Outrossim,

sempre sem prejuízo da apuração de perdas e danos, a CONTRATADA se obriga a indenizar a CONTRATANTE, por danos causados diretamente à esta pela própria CONTRATADA ou seus prepostos e, ainda, a indenizar/reembolsar a CONTRATANTE, por todas as despesas judiciais e extrajudiciais que tiver a CONTRATANTE, inclusive, mas não se limitando, decorrentes de:

a) autuações lavradas por qualquer órgão federal, estadual e municipal, em razão da não conformidade dos Serviços prestados; e

b) sustações de protestos que a CONTRATANTE tenha que propor em razão de títulos emitidos sem causa ou que tenham gerado cobrança em duplicidade.

6.4. Afastar, imediatamente, após a comunicação que por escrito neste sentido lhe fizer a CONTRATANTE, qualquer dos seus empregados ou prepostos cuja permanência nos Serviços for julgada inconveniente em relação à execução do CONTRATO, quer por normas de conduta ou higiene, quer por qualquer outra norma interna da CONTRATANTE.

6.5. Manter, em caráter permanente à disposição da CONTRATANTE, preposto idôneo devidamente habilitado, com poderes suficientes para representá-la em tudo o que se relacionar com os Serviços contratados.

6.6. Fazer respeitar por seu pessoal os regulamentos internos e normas de segurança da CONTRATANTE, inclusive aqueles de prevenção e combate a incêndios.

6.7. Arcar integralmente com todas as despesas decorrentes da execução dos Serviços, inclusive alimentação e transporte dos seus empregados e colaboradores alocados ou não nas dependências da CONTRATANTE, bem como efetuar o pagamento dos salários/remunerações e demais verbas nos termos da legislação vigente e nos prazos devidos.

6.8. Refazer ou corrigir, às suas expensas, os Serviços que tenham sido prestados pela mesma com erro ou imperfeição técnica, respondendo, ainda, por eventuais falhas e/ou erros de projeto. Na impossibilidade da correção, a CONTRATADA deverá indenizar a CONTRATANTE pelo dobro do valor correspondente aos ditos reparos.

6.9. Responsabilizar-se pela indenização por danos, diretos ou indiretos, que, comprovadamente e em virtude da execução do CONTRATO, por culpa (negligência, imperícia, imprudência) ou dolo, vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros alheios à relação contratual, por ato próprio ou de seus empregados ou colaboradores.

6.10. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações que vier a contrair perante terceiros durante e em virtude da execução do CONTRATO, isentando a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades decorrentes de tais fatos.

6.11. A CONTRATADA deverá executar o CONTRATO sob sua total responsabilidade, obrigando-se, de forma expressa, a cumprir e fazer cumprir a normas internas de segurança do trabalho da CONTRATANTE e as constantes da Legislação em vigor, contempladas na Lei 6.514, Portaria 3.214 e suas Normas Regulamentadoras.



6.12. A CONTRATADA afirma que possui um plano de contingência implementado, visando manter a prestação de serviços quando da ocorrência de alguma contingência grave, de forma a garantir a continuidade dos negócios. A CONTRATADA será responsável em indenizar a CONTRATANTE por quaisquer danos e prejuízos decorrentes da paralisação da prestação de serviço. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, solicitar cópia do plano de contingência, bem como do histórico de testes realizados e avaliação de resultados.

6.13. A contratada deve imediatamente notificar por meio eletrônico a contratante quando esta desligar um recurso da operação da Contratada para bloqueio e exclusão imediato do acesso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7. Além de todas as obrigações decorrentes de leis aplicáveis a este CONTRATO e das assumidas nas suas demais cláusulas e Anexos, a CONTRATANTE se obriga especialmente a:

7.1. Efetuar o pagamento das notas fiscais/faturas apresentadas pela CONTRATADA no prazo previsto em cláusula própria deste CONTRATO, desde que elas sejam entregues com a antecedência pactuada e que os valores delas constantes estejam de acordo com os Serviços prestados pela CONTRATADA.

7.2. Prestar à CONTRATADA e aos empregados e colaboradores quando alocado todas as informações necessárias para a execução dos Serviços, assim como proporcionar todas as facilidades necessárias à sua boa execução.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. O presente CONTRATO entrará em vigor na data de sua assinatura e irá vigorar 36 (trinta e seis) meses.

8.2. Este CONTRATO será prorrogado ou renovado única e exclusivamente mediante acordo escrito firmado entre as Partes anteriormente ao final da vigência, sem o que restará automaticamente terminado, independentemente de notificação ou outra formalidade.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ENCERRAMENTO DO CONTRATO**

9.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido de pleno direito e independente de qualquer interpelação judicial, cabendo apuração de perdas e danos sofridos pela parte inocente, bastando que, para tanto, a PARTE contrária seja cientificada por escrito, diante da ocorrência das seguintes hipóteses:

a) Houver atraso na entrega das etapas de cada projeto ou da integralidade do Serviço, ou má prestação dos Serviços pela CONTRATADA, com imprudência, negligência ou imperícia, morosidade ou desídia, desde que a CONTRATADA seja notificada pela CONTRATANTE e não sane os vícios ou não melhore a qualidade dos Serviços em um prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação pela CONTRATANTE, independente da penalidade específica;



- b) Falta de pagamento injustificado, pela CONTRATANTE, do preço acordado no CONTRATO, desde que o atraso supere 60 (sessenta) dias;
- c) Quebra do dever de sigilo;
- d) Descumprimento de obrigação derivada de lei, principalmente as de origem trabalhista;
- e) Ação ou omissão da CONTRATADA que cause dano à imagem, ao nome, marcas ou à honra da CONTRATANTE;
- f) Quando a CONTRATADA, desrespeitar qualquer das previsões constantes do Código de Conduta do CONTRATANTE.
- g) Utilização do nome, logo e marca da CONTRATANTE pela CONTRATADA de forma indevida e contrária ao objeto do presente instrumento;
- h) Caso a CONTRATADA transfira seu controle acionário, direto ou indireto, sem que haja a ciência prévia da CONTRATANTE;
- j) No caso de perda do objeto do presente Contrato por motivo que extrapole a vontade das Partes;
- h) Se uma das PARTES, sem prévia e expressa autorização da outra, ceder, transferir ou caucionar a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações derivados deste CONTRATO.

9.2. Este CONTRATO também poderá ser rescindido de pleno direito e independente de qualquer interpelação judicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando deferido o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, se requerida a falência de umas das PARTES;
- b) Quando uma Situação de Força Maior ou seus efeitos subsistam por um período superior a 15 (quinze) dias, sem que sejam devidos quaisquer valores a título de multa ou indenização;

9.3. O presente CONTRATO poderá ainda ser resiliado imotivadamente por qualquer das PARTES, a qualquer tempo e sem ônus para as PARTES, no resguardo de seus interesses, mediante o pagamento de todos os haveres relativos aos Serviços executados e aceitos até aquela data ou, se por iniciativa da CONTRATADA, mediante a devolução de todos os eventuais valores pagos proporcionalmente aos Serviços ainda não prestados. Em qualquer hipótese de resilição, tal decisão deverá ser informada à outra PARTE, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, automaticamente autorizando a CONTRATANTE a contratar terceiros para dar continuidade aos Serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA DECORRENTES DE SUA CONDIÇÃO DE EMPREGADORA**

10.1. A CONTRATADA deverá executar o CONTRATO sob sua total responsabilidade, devendo cumprir todas as obrigações impostas pela legislação aplicável, responsabilizando-se pelas consequências que derivem de seu não cumprimento, tanto no que se refere aos seus empregados como os colaboradores que venha a contratar durante a execução do CONTRATO.

10.2. A prestação dos Serviços ora contratados não estabelecerá qualquer relação ou vínculo empregatício dos empregados da CONTRATADA com a CONTRATANTE, que permanecerá livre de quaisquer responsabilidades ou obrigações com relação à CONTRATADA, seus empregados, ou terceiros vinculados a ela envolvidos na prestação dos Serviços, direta ou indiretamente.

10.3. A CONTRATADA, para execução do objeto contratual, deverá, preferencialmente, se utilizar de contratação de mão de obra regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assumindo desde já, expressamente, toda a responsabilidade advinda de qualquer outra forma de contratação.

10.4. A CONTRATADA deverá abster-se de empregar e/ou utilizar mão de obra infantil para a execução do presente CONTRATO, durante todo o seu prazo de vigência, bem como se obriga a não subcontratar e/ou manter relações negociais com quaisquer outras empresas que utilizem, explorem e/ou, por qualquer outro meio ou forma, empreguem o trabalho infantil ou trabalho escravo em inobservância ao contido na legislação que regulamenta a matéria.

10.5. A CONTRATADA deverá responder as reclamações trabalhistas movidas por seus empregados contra a CONTRATANTE, para reconhecimento de vínculo empregatício ou quaisquer outros direitos trabalhistas, arcando com todos os ônus daí decorrentes, inclusive quando houver eventuais condenações, pleiteando a exclusão da CONTRATANTE do processo.

10.6. Na hipótese de reclamação trabalhista promovida por empregados, ex-empregados ou colaboradores a qualquer título da CONTRATADA face à CONTRATANTE, mesmo que a CONTRATANTE esteja sendo demandada de forma subsidiária ou solidária, originária deste CONTRATO ou de quaisquer outros pactos firmados entre as PARTES, incluindo, mas sem se limitar, a reconhecimento de vínculo ou enquadramento em categoria profissional, a CONTRATANTE reterá o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), assim que recepcionar o processo, dos pagamentos devidos à CONTRATADA. Sendo que este valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) poderá ser reajustado periodicamente para se adequar à inflação corrente no país e/ou nos termos dos índices de atualização aplicados na Justiça do Trabalho.

10.7.1. Se na audiência inicial a CONTRATANTE for excluída da lide ou a CONTRATADA firmar acordo, referido valor será devolvido, após o recebimento da ata de audiência constando a exclusão ou da comprovação do pagamento do acordo, caso contrário o valor permanecerá retido até o efetivo cumprimento final da condenação sendo que após, a

CONTRATANTE devolverá o valor retido corrigido monetariamente, descontando-se as despesas do processo, quando houver.

10.7.2. A CONTRATANTE se subroga no direito de complementar a retenção sempre que, a critério da CONTRATANTE, houver risco de a CONTRATADA não arcar com os valores relativos à reclamação trabalhista, ou houver uma nova decisão no processo e a condenação seja superior ao valor retido na entrada da ação, caso o valor da condenação seja inferior ao valor já retido devolverá o excedente.

10.7.3. Para as reclamações trabalhistas cujo ajuizamento e recebimento pela CONTRATANTE se deu anteriormente à data de assinatura do presente contrato, a CONTRATANTE se reserva o direito de reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA, quaisquer valores eventualmente despendido pela CONTRATANTE.

10.7.4. A CONTRATANTE analisará a melhor forma de retenção dos valores supra mencionados, inclusive se o mesmo irá incidir sobre um único pagamento ou de forma parcelada, sempre buscando não comprometer o fluxo de caixa da CONTRATADA no futuro.

10.7.5. Nas hipóteses de retenção, no caso da reclamação ser declarada improcedente ou o valor da condenação ser inferior à retenção efetuada, transitada essa decisão em julgado, o valor líquido será devolvido à CONTRATADA corrigido monetariamente, descontando-se as despesas do processo e o valor da condenação, quando houver, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Na hipótese do valor da condenação ser superior à retenção cumprirá à CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pela diferença de valores, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.7.6. Os valores efetivamente pagos pela CONTRATANTE pela condução dos processos judiciais (honorários advocatícios) movidos contra si por empregados da CONTRATADA, bem como as eventuais despesas de transporte, estadia de prepostos e alimentação, nos casos de reclamações trabalhistas que requeiram tal deslocamento, poderão ser regularmente retidos pela CONTRATANTE dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou reembolsados pela CONTRATADA à CONTRATANTE, mediante comprovante das despesas

10.8. O previsto na cláusula 10.7. e suas subcláusulas, é também aplicável às hipóteses em que ocorrer demanda contra a CONTRATANTE, em foros diversos do trabalhista, por parte de terceiros alegadamente prejudicados por ato ou fato da CONTRATADA, seus colaboradores ou outros, em decorrência da execução dos Serviços contratados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CONFIDENCIALIDADE**

11.1. Entende-se por "Informação Confidencial", por força deste CONTRATO e das Propostas Comerciais formalizadas, independente da efetiva celebração de contrato ou de qualquer outro acordo ou ajuste, todas e quaisquer informações reveladas, transmitidas e/ou divulgadas, por quaisquer meios (oral, escrito, mecânico, eletrônico ou magnético), podendo incluir, mas não se limitando a, descobertas, ideias, conceitos, know-how, técnicas, designs, especificações, desenhos, cópias, diagramas, modelos, amostras, fluxograma, programas de computador, discos, fitas, planos de marketing, nomes de clientes, e outras informações técnicas, financeiras ou comerciais fornecidas por uma PARTE à



outra PARTE que serão consideradas sigilosas, confidenciais, restritas e de propriedade exclusiva da Parte que as transmitiu.

11.2. A CONTRATADA por si, empregados, colaboradores, prepostos, sob as penas da lei, manterá, por prazo indeterminado, inclusive após a extinção ou rescisão do CONTRATO, o mais completo e absoluto sigilo sobre as Informações Confidenciais, abrangendo essas quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de produtos da CONTRATANTE ou de terceiros, de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que lhe venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a execução de serviços objeto deste CONTRATO.

11.3. A CONTRATADA se obriga a abster-se do uso das informações, dados, materiais, pormenores, documentos, especificações técnicas e comerciais citadas, em proveito próprio ou de terceiros, a qualquer tempo, inclusive após a extinção deste CONTRATO, por qualquer que seja o motivo.

11.4. A CONTRATADA obriga-se a devolver a CONTRATANTE, ou destruir quando a devolução não for possível, todos e quaisquer materiais e documentos, inclusive cópias, que lhe tenham sido entregues ou ao seu consultor alocado e/ou que por ele tenha sido gerado em razão da execução deste CONTRATO e das Propostas Comerciais.

11.5. Todas as Informações Confidenciais que a CONTRATADA, por si, seu empregado, colaborador e consultor alocado ou não e por toda e qualquer pessoa que vier a designar para a execução dos Serviços objeto deste CONTRATO e das Propostas Comerciais formalizadas, vier a ter conhecimento, serão utilizadas exclusivamente para a sua fiel execução e serão tratadas e garantidas como privadas e confidenciais.

11.5.1. Os empregados, colaboradores, consultores e diretores da CONTRATADA que forem alocados nas dependências da CONTRATANTE ou que tiverem acesso às informações consideradas confidenciais pela CONTRATANTE para a execução do objeto do presente CONTRATO e das Propostas Comerciais deverão celebrar um Acordo de Confidencialidade elaborado pela CONTRATANTE, se obrigando a manter em sigilo todas as informações a que tiver acesso e a cumprir as disposições desta Cláusula Oitava. Os Acordos de Confidencialidade deverão ser celebrados em função de cada projeto e de cada Proposta Comercial formalizada.

11.6. A CONTRATADA expressamente reconhece que as Informações Confidenciais são de propriedade da CONTRATANTE e que este não lhe concede, a respeito delas, nenhum tipo de licença expressa, implícita ou de qualquer outra natureza, nem tampouco direitos de autor ou de propriedade industrial, comprometendo-se, em consequência, a abster-se de tomar qualquer medida que possa prejudicar ou impedir o exercício de tais direitos.

11.7. A CONTRATADA reconhece que não poderá, a qualquer tempo, divulgar, ceder, doar ou transferir as informações, no todo ou em parte, para nenhuma outra pessoa, sem o prévio e expresso consentimento por escrito da CONTRATANTE, exceto quando as Informações Confidenciais ou parte delas possam ser divulgadas para seus empregados ou conselheiros profissionais que necessitem conhecê-las para a execução do CONTRATO.

11.8. Na hipótese de que a publicação ou a divulgação de informações confidenciais seja necessária por lei ou por qualquer órgão supervisor ou regulador, cujas exigências as PARTES contratantes e as pessoas a elas relacionadas

tenham que cumprir, a CONTRATADA comunicará por escrito à CONTRATANTE tal exigência e estes deliberarão a respeito dos procedimentos a serem adotados, até a extensão permitida por tal legislação ou por tais regras, de modo a que a CONTRATANTE possa adotar as medidas judiciais cabíveis e/ou dispensar o cumprimento das disposições deste CONTRATO.

11.9. As PARTES se obrigam a não discutir perante terceiros, bem como a não publicar, transmitir, divulgar, revelar, ceder ou negociar a qualquer título ou sob qualquer forma, no território brasileiro ou no exterior, para qualquer pessoa, física ou jurídica ou entes personalizados, ou de qualquer outra forma fazer uso das Informações Confidenciais para outra finalidade não autorizada expressamente neste CONTRATO, cumprindo-lhes adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o seu uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha tido acesso a elas.

11.10. As obrigações assumidas pelas PARTES independem de quaisquer outras incorridas em outros acordos de confidencialidade eventualmente celebrados entre a CONTRATADA e qualquer outra controladora, subsidiária, e/ou coligada da CONTRATANTE, bem como de qualquer ato ou fato relacionado no referido acordo.

11.11. Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações: (a) disponíveis ao público de outra forma que não pela divulgação das mesmas pelas PARTES; (b) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de ambas as PARTES antes de terem acesso às Informações Confidenciais em razão deste CONTRATO; (c) que a CONTRATADA e seu(s) empregado(s) alocado(s) sejam obrigados a divulgar, por ordem judicial ou por determinação de qualquer autoridade governamental, no exercício de seus poderes, hipótese em que a divulgação de informações independerá de autorização ou consentimento escrito da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA comunicar prontamente a CONTRATANTE de tal ocorrência.

11.12. As obrigações de confidencialidade aqui assumidas pelas PARTES permanecerão em vigor por prazo indeterminado, mesmo após o rompimento ou término deste CONTRATO, seja por que motivo for.

11.13. A inobservância do disposto nesta cláusula acarretará sanções legais, por elas respondendo a CONTRATADA e quem mais tiver dado causa à violação, conforme faculta a lei, no âmbito civil e criminal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO e TRANSFERÊNCIA**

12.1. Nenhuma das PARTES poderá ceder, dar em garantia ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os direitos e obrigações oriundos do presente CONTRATO, salvo com a prévia anuência da outra PARTE. Ressalve-se, entretanto, o direito da CONTRATANTE de ceder ou transferir os direitos e obrigações do presente CONTRATO a empresas pertencentes a seu grupo econômico. Será nula a cessão efetuada em desacordo com esta cláusula, não produzindo quaisquer efeitos.

12.2. A CONTRATANTE poderá a qualquer momento, modificar, transferir ou ceder o controle de seu capital social, independentemente de anuência da CONTRATADA. A CONTRATANTE poderá ainda, a qualquer momento, alterar a

razão social, nome fantasia ou logomarca de acordo com seus interesses, sem prejuízo de violar qualquer cláusula contratual, o que fica desde já autorizado.

12.3. Em caso de alteração do quadro societário da CONTRATADA, que implique em mudança de controle societário, deverá esta notificar previamente a CONTRATANTE, informando da modificação, ocasião em que poderá a CONTRATANTE decidir pela continuidade ou não do negócio, sem aplicação de quaisquer multas ou penalidades previstas no presente CONTRATO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR**

13.1. Ante a ocorrência de qualquer circunstância que possa, conforme o Código Civil Brasileiro descreve em seu artigo 393 e parágrafo único, ser invocada como caso fortuito ou motivo de força maior, deverá a PARTE afetada enviar à outra, em até 3 (três) dias, uma notificação comunicando a ocorrência do fato, a parte dos Serviços prejudicada, as medidas que estiverem sendo tomadas e a previsão para a regularização da situação.

13.2. Os prazos deste CONTRATO afetados pela ocorrência de caso fortuito ou motivo de força maior serão prorrogados proporcionalmente ao atraso que esta lhes tiver acarretado, considerando-se as características de cada ocorrência.

13.3. A interrupção dos Serviços decorrente de caso fortuito ou força maior, por um período superior a 15 (quinze) dias, facultará às PARTES dar por terminado o presente CONTRATO, sem que sejam devidos quaisquer valores a título de multa ou indenização, a não ser o pagamento pelos Serviços que já tenham sido efetivamente realizados e revertidos em proveito da CONTRATANTE, bem como ensejando direito da CONTRATANTE a reaver valores já pagos por Serviços não prestados.

13.4. É certo ainda entre as PARTES, que o caso fortuito e a força maior somente serão considerados como excludentes da responsabilidade civil quando o fato gerador do dano não for relacionado ao próprio risco da atividade dos Serviços.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL**

13.1. As PARTES declaram e garantem mutuamente, inclusive perante seus fornecedores de bens e serviços, que:

- a) Exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente e detêm as aprovações necessárias à celebração deste CONTRATO, e ao cumprimento das obrigações nele previstas;
- b) Não utilizam trabalho ilegal, e comprometem-se a não utilizar práticas de trabalho análogo ao escravo, ou de mão de obra infantil, salvo este último na condição de aprendiz, observadas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, seja direta ou indiretamente, por meio de seus respectivos fornecedores de produtos e de serviços;

- c) Não empregam menor até 18 anos, inclusive menor aprendiz, em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, bem como em locais e serviços perigosos ou insalubres, em horários que não permitam a frequência à escola e, ainda, em horário noturno, considerando este o período compreendido entre as 22h e 5h;
- d) Não utilizam práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico; e
- e) Comprometem-se a proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS INVESTIMENTOS EM VIRTUDE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Nenhum investimento que extrapole os riscos normais de seus negócios foram ou serão realizados a fim de celebrar e/ou executar o presente CONTRATO, não sendo aplicável, portanto o disposto no parágrafo único do artigo 473 do Código Civil Brasileiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CUMPRIMENTO DE NORMAS DE ANTICORRUPÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA PELA CONTRATADA**

16.1. A CONTRATADA se obriga, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente a legislação brasileira anticorrupção ("Lei 12.846/2013") e o "Código de Ética e Social para nossos Fornecedores" – disponível no endereço <https://www.carrefour.com.br/institucional/seja-nosso-fornecedor/codigo-de-conduta>, o qual adere e se compromete a divulgá-lo internamente aos seus funcionários.

16.2. A CONTRATADA declara e garante que não está envolvida, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, sócios, funcionários e colaboradores em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos da Lei Anticorrupção atualmente vigente. Garante ainda que não irá, direta ou indiretamente, oferecer, dar, fazer, prometer, pagar ou autorizar pagamento em dinheiro, presentes de qualquer natureza ou qualquer coisa de valor, em espécie ou não, para qualquer colaborador ou funcionário da CONTRATANTE ou para terceiros relacionados ao presente CONTRATO, que não decorra expressamente das obrigações assumidas no presente CONTRATO.

16.2.1. Toda possível interação, de qualquer natureza, com um agente público ou seus assessores, agindo em caráter transitório ou sem remuneração, em qualquer nível ou instância, nacional ou estrangeiro, bem como com partidos políticos, agências regulatórias, representações diplomáticas, entidades paraestatais, empresas de propriedade do governo ou sob o seu controle ou funcionário ou empregado de qualquer organização internacional pública ou privada,

que eventualmente seja necessária em razão das obrigações assumidas neste CONTRATO, deve se dar tão somente nos termos do presente instrumento, e com prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

16.3. A CONTRATADA declara ainda e garante que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, sócios, funcionários e colaboradores, direta ou indiretamente (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental ou por decisão judicial.

16.4. O não cumprimento da Lei de Anticorrupção e/ou do Código de Ética e Social para nossos Fornecedores será considerada uma infração grave a este CONTRATO e conferirá à CONTRATANTE o direito de, agindo de boa fé, declarar rescindido imediatamente o presente contrato, sem prejuízo da aplicação de multa à CONTRATADA e apuração das perdas e danos em favor da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DECLARAÇÕES DAS PARTES**

As PARTES declaram expressamente e garantem que:

17.1. São sociedades legalmente constituídas e existentes de acordo com a lei brasileira, estão devidamente credenciadas para exercer o ramo de sua atividade e estão em situação regular, possuindo, em seu nome, todas as licenças, aprovações, certificados, permissões e autorizações estaduais, federais e municipais, materialmente exigidos por lei para atender ao acordado entre as PARTES no CONTRATO.

17.2. Estão absolutamente em dia com todas as suas obrigações, notadamente com aquelas de natureza fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como, têm capacidade técnica, operacional, logística, comercial e financeira já instaladas e todas ora suficientes para suportar a finalidade e os efeitos do presente CONTRATO.

17.3. Inexiste qualquer restrição administrativa, contratual ou judicial, que se aplique diretamente ao exercício do CONTRATO pela CONTRATADA.

17.4. O presente CONTRATO é celebrado e regido pela boa fé objetiva e subjetiva das Partes, e que ambas agirão de forma a não prejudicar o direito de personalidade uma da outra, respeitando sempre a função social do CONTRATO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. O fato de qualquer PARTE, a qualquer tempo, não fazer valer as disposições e condições estipuladas neste CONTRATO ou não exercer qualquer direito nele previsto não constituirá renúncia do mesmo nem deverá afetar o direito da referida PARTE de exercer o referido direito ou medida no futuro.

18.2. Nenhuma alteração dos termos deste CONTRATO terá efeito, a menos que seja feita por escrito e assinada por cada uma das PARTES.



18.3. O presente CONTRATO constitui o acordo integral das PARTES e anula e substitui quaisquer acordos e documentos anteriores entre as PARTES, verbais ou escritos, em relação à mesma matéria e objetos tratados no presente.

18.4. Se qualquer disposição contida neste CONTRATO for considerada inválida, ilegal ou inexecutável de qualquer forma, a validade, legalidade ou executabilidade das outras disposições contidas neste CONTRATO, não serão afetadas ou prejudicadas de qualquer maneira em virtude do referido fato. As PARTES deverão negociar de boa fé a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis por disposições válidas, cujo efeito econômico se aproxime o máximo possível do efeito econômico das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis.

18.5. Dá-se ao presente CONTRATO o caráter de não exclusividade, seja em relação aos Serviços, seja em relação aos funcionários da CONTRATADA, seus terceirizados ou outros.

18.6. O presente CONTRATO obriga as PARTES e sucessores, a cumprirem e a fazerem cumprir, a qualquer tempo, as cláusulas ora pactuadas.

18.7. Durante o curso da vigência deste CONTRATO e relativamente ao seu cumprimento, todas as manifestações deverão ser expressas, por escrito aos endereços constantes do preâmbulo deste CONTRATO, não importando o silêncio das PARTES em concordância com qualquer termo e/ou condição que se lhe queira aplicável.

18.8. Nenhuma das PARTES poderá alegar desconhecimento ou não recebimento de qualquer comunicação que tenha sido dirigida e endereçada na forma prevista acima, sendo certo que nenhuma delas poderá alegar desconhecimento se, tendo mudado de endereço, não notificou a outra de tal circunstância e do novo endereço.

18.9. A CONTRATADA, direta ou indiretamente, não poderá utilizar as marcas, logotipos, jargões ou outra propriedade intelectual da CONTRATANTE. É vedada a reprodução, divulgação e/ou veiculação do nome empresarial, da marca ou logotipo da CONTRATANTE pela CONTRATADA, em quaisquer meios de comunicação, tais como, mas não limitados a materiais de marketing, mídia – escrita, falada, televisiva, eletrônica (internet e intranet), dentre outros, salvo mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

18.10. Nenhuma das condições deste CONTRATO deve ser entendida como meio para constituir uma sociedade, "joint venture", relação de parceria ou de representação comercial entre as PARTES, não se estabelecendo entre as PARTES qualquer forma de sociedade, associação, mandato, representação, agência, consórcio, responsabilidade solidária, comissão nem ainda vínculo empregatício entre os profissionais, prepostos, contratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo cada uma única, integral e exclusivamente responsável por seus atos e obrigações e pelo cumprimento da respectiva legislação tributária, previdenciária e trabalhista aplicável a sua atividade e a este CONTRATO.

18.11. Todas as notificações, intimações ou comunicações inerentes ao presente CONTRATO somente produzirão efeito vinculante se forem realizadas por escrito e enviadas, seja por carta registrada, via fac-símile ou, ainda, por correio eletrônico, de acordo com as seguintes informações:

**(a) No caso da CONTRATANTE:**

At: Sr. Debora Priscila Nicolosi

c/c Sr. Jose Renato Rodrigues Alves

Através dos e-mails [debora\\_priscila\\_nicolosi@carrefour.com](mailto:debora_priscila_nicolosi@carrefour.com) e [jose\\_renato\\_rodrigues\\_alves@carrefour.com](mailto:jose_renato_rodrigues_alves@carrefour.com) ou através do endereço constante no preâmbulo deste CONTRATO.

**(b) No caso da CONTRATADA:**

At: Sra. [Fabiana Aranda]

c/c Sr. [Christian Oliveira]

Através dos e-mails [fabiana.aranda@globalweb.com.br](mailto:fabiana.aranda@globalweb.com.br) e [christian.oliveira@globalweb.com.br](mailto:christian.oliveira@globalweb.com.br) ou através do endereço constante no preâmbulo deste CONTRATO.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que venha a ser, para dirimir toda e qualquer questão oriunda do presente CONTRATO.

Assim, por estarem certos, justos e contratados, declarando ter lido, compreendido e achado conforme, as PARTES assinam o presente CONTRATO em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus fins e efeitos de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

São Paulo, 3 de agosto de 2018.

**BANCO CSF S.A.**

Nome:

**Ricardo Kaoru Inada**

Cargo:

**Diretor de Negócios  
Banco CSF S.A.**

**BANCO CSF S.A.**

Nome:

**Rodrigo Tremante**  
**CFO & Legal**  
**Banco CSF S.A.**

Cargo:

**GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA**

Nome:

Cargo:

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

**Thais Arruda Marotta**  
**Superintendente de Compliance**  
**DRT: 929000229**  
**Banco CSF S.A.**

Nome:

RG:



**ANEXO I - DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO VINCULADO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE BANCO CSF S.A E GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA, EM 3 de agosto de 2018.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

1.1 A CONTRATADA reconhece expressamente que a segurança dos seus recursos utilizados na prestação dos serviços e/ou no cumprimento das normas de segurança do CONTRATANTE quando este acessa os sistemas ou informações disponibilizadas pela CONTRATANTE, são de importância fundamental, especialmente por conta da criticidade das informações processadas para a CONTRATANTE.

1.2. A CONTRATADA é responsável por assegurar e garantir a segurança das informações, a integridade e a confidencialidade dos seus respectivos sistemas, tanto fisicamente quanto logicamente, implementando todas as medidas de segurança necessárias para segurança deste ambiente. A CONTRATADA também é responsável pelo cumprimento das regras de segurança da CONTRATANTE quando a CONTRATADA acessa os sistemas do CONTRATANTE (incluindo o software utilizado pela CONTRATANTE, onde a CONTRATADA foi o desenvolvedor) e os dados e informações armazenados nele.

1.3. A CONTRATADA tem que assegurar que o sistema utilizado pela CONTRATANTE deve estar em pleno funcionamento durante toda a vigência do Contrato, sempre em conformidade com as obrigações, responsabilidades e níveis de SLA previamente acordado em Contrato.

1.4. A CONTRATADA compromete-se a tomar todas as medidas para restringir o acesso aos seus sistemas, incluindo o software fornecido à CONTRATANTE e respectivas informações apenas às pessoas autorizadas pela CONTRATANTE garantindo que as informações da CONTRATANTE estejam totalmente separados das informações de outros clientes da CONTRATADA.

1.4.1. A CONTRATADA compromete-se a garantir que seus funcionários cumpram as regras de segurança da informação de acordo com o estabelecido na POLITICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO da CONTRATANTE no acesso as suas informações e somente concede-los a pessoas autorizadas.

1.5. A CONTRATADA compromete-se a implementar métodos e procedimentos que visam prevenir, mitigar ou destruir qualquer ameaça tecnológica como vírus, worms ou provenientes de código malicioso que podem afetar os seus sistemas e as informações processadas nele.

1.6. A CONTRATADA notificará prontamente a CONTRATANTE sobre qualquer fato que comprometa a segurança da informação, tanto fisicamente quanto logicamente (por exemplo, tentativas de invasão, roubo e vazamento de informações, novas vulnerabilidades e incidentes de segurança da informação) e tomará todas as medidas necessárias para corrigir a situação e manter a segurança de todas as informações da CONTRATANTE, durante e após a vigência do Contrato.

**CLAUSULA SEGUNDA - DE PROTEÇÃO DE INFORMAÇÕES**

2.1. Toda a base de dados e informações da CONTRATANTE a que a CONTRATADA tiver acesso no exercício das suas obrigações do presente Contrato, são de propriedade exclusiva da CONTRATANTE e/ou os destinatários relevantes. Estes dados e informações são estritamente confidenciais, de acordo com os termos da cláusula intitulada "Confidencialidade".

2.2. A CONTRATADA se compromete em nenhuma hipótese a violar a base de informações da CONTRATANTE. Compromete-se a não comunicá-las a TERCEIROS, não reproduzi-las ou extrair informações a partir delas, exceto quando estritamente necessário no fornecimento dos serviços contratuais ou solicitação por escrito da CONTRATANTE.

2.3. No caso específico da base de informações, a CONTRATADA será o único responsável pela informação (salvo acordo em contrato entre as PARTES, ou se a situação permite que a CONTRATADA e a CONTRATANTE serão responsáveis pelo tratamento em conjunto das informações ou em serviço fornecido pela CONTRATADA para ser o responsável e gerenciar estas informações). Como resultado, a CONTRATADA obriga-se, de modo absoluto a tomar as medidas necessárias para garantir que as informações fornecidas pela CONTRATANTE estão protegidas e permanecem confidenciais, e processar estas informações exclusivamente em nome da CONTRATANTE, de acordo com as disposições legais e regulamentares, especialmente aqueles relacionados a proteção de informações, que se aplicam ao Contrato e em conformidade com as instruções da CONTRATANTE, com vista a assegurar que o tratamento destas informações seja realizado de forma segura e confidencial, em conformidade com as disposições aplicáveis e proteção de informações.

2.4. Além das disposições da Cláusula Primeira, a CONTRATADA deverá manter-se em vigor e cumprir as medidas de segurança técnicas adequadas para proteger todas as informações da CONTRATANTE no acesso ao desempenho das suas obrigações no presente Contrato, de qualquer destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, dano, alteração, a divulgação ou acesso não autorizado, especialmente quando o tratamento requer que as informações ou suas bases sejam transferidas do seu local de origem, e contra qualquer outra forma de tratamento ilegal.

2.5. A CONTRATANTE poderá solicitar quando entender necessária medidas de segurança específicas para a CONTRATADA, a qual se compromete a cumprir.

2.6. No caso em que todas as informações são perdidas ou alteradas em razão das ações da CONTRATADA, a CONTRATADA será responsável pelo custo de recuperação de todas as informações.

2.7. A CONTRATADA se compromete a indenizar a CONTRATANTE contra qualquer queixa, processo ou ação que possam ser interpostos contra ela na sequência do descumprimento das suas obrigações decorrentes do presente anexo.

2.8. Quando finalizado o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA obriga-se a devolver para a CONTRATANTE todas as informações na sua posse ou sob seu controle, incluindo todas as informações e/ou os dados pessoais, sob qualquer forma, e não reter qualquer cópia do mesmo.

CLAUSULA TERCEIRA - A CONTRATADA entende que:

3.1. Conforme indicado na Cláusula Primeira, a CONTRATADA informará a CONTRATANTE o mais rapidamente possível, de qualquer situação que constitui um risco para a segurança da informação, tanto fisicamente quanto logicamente de seus sistemas e/ou de dados (por exemplo, tentativas de invasão, vazamento de informação confidencial ou qualquer outro incidente de segurança da informação) e a tomar todas as medidas para corrigir a situação, dos quais a CONTRATADA deve manter a CONTRATANTE informada e, em relação a informações confidenciais, deve agir em conformidade com as disposições legais ou regulamentares aplicáveis ou as recomendações relevantes as boas praticas utilizadas para proteção destas informações.



3.2. Prestar todos os tipos necessários de assistência à CONTRATANTE nas respostas de pedidos de informações da CONTRATANTE por órgãos responsáveis para este fim, a CONTRATADA é responsável especialmente, porém não se limitando:

(i) Auxiliar a CONTRATANTE em todos os assuntos relacionados com a identificação, localização, privacidade, confidencialidade e disponibilidade das suas informações e, mais geralmente, o tratamento destas informações para o qual a CONTRATADA responde, conforme solicitado pelo órgão fiscalizador; e

(ii) Cooperar plenamente para permitir que a CONTRATANTE e o órgão fiscalizador avaliem as informações e os outros dados para o qual a CONTRATADA responde.

3.2.1. A CONTRATADA se compromete apenas em fornecer informações da CONTRATANTE para o órgão de fiscalização com o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

3.3. A CONTRATADA deverá cumprir estes pedidos excepcionais da CONTRATANTE, sem cobrar valores adicionais, desde que tais pedidos não exijam recursos adicionais e não atrapalhem os demais serviços. Todos os pedidos devem ser cumpridos pela CONTRATADA após as PARTES chegarem a um acordo sobre o procedimento adequado.

#### CLAUSULA QUARTA - DA AUDITORIA

4.1. A CONTRATANTE pode, se assim o desejar, por si próprio ou usando uma auditoria terceira para realizar auditoria a fim de garantir que o prestador de serviços está cumprindo com suas obrigações, mas também para responder a qualquer pedido feito por uma autoridade judicial ou administrativa.

4.2. A CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA de pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência de qualquer pedido de realização de uma auditoria, e especificar a data da auditoria e a informações dos profissionais que realizarão a auditoria. A CONTRATADA não pode se opor às pessoas designadas para realizar a auditoria. Caso se oponha, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE no prazo de 03 (três) dias a contar da notificação feita pela CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA deve colaborar de boa fé com os auditores e deve fornecer-lhe todas as informações, documentos e explicações que ele exigir para execução da auditoria e devem conceder-lhe o acesso às partes apropriadas de todos os sites, sistemas de TI, ferramentas, dados da CONTRATANTE, bem como os sistemas utilizados pela CONTRATADA para execução dos serviços. A pedido do auditor, acessos lógicos necessários para acessar os dados da CONTRATANTE devem ser disponibilizados pela CONTRATADA.

4.4. Os auditores devem enviar o relatório de auditoria de forma gratuita a CONTRATADA a fim de que a CONTRATADA possa fornecer quaisquer comentários ou objeções no prazo de dez (10) dias úteis a contar da data em que o relatório foi enviado.

4.5. No caso em que o relatório de auditoria revela uma quebra significativa das obrigações da CONTRATADA na prestação dos serviços do presente Contrato, a CONTRATADA deverá implementar todas as medidas corretivas necessárias, sem qualquer custo à CONTRATANTE, no prazo de trinta (30) dias da data em que o descumprimento foi informado pela CONTRATANTE.



4.6. No caso em que os apontamentos contidos no relatório de auditoria estejam justificados, as PARTES deverão organizar uma reunião de acompanhamento para discutir os pontos de desacordo e as ações necessárias para corrigi-las. No caso da discordância permanecer ou a CONTRATADA não corrigir os problemas, a CONTRATANTE reserva-se no direito de rescindir o presente Contrato sem qualquer ônus.

4.7. Uma auditoria não pode, em circunstância alguma, constituir ou ser interpretada como interferência por parte da CONTRATANTE nos serviços prestados pela CONTRATADA, nem pode diminuir a responsabilidade da CONTRATADA na execução da prestação de serviço.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA CONFIDENCIALIDADE

5.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA reconhecem que, no contexto do presente Contrato, serão obrigados a comunicar à outra parte (seus diretores, funcionários, consultores e todos os sub-contratados que precisam diretamente saber desta informação) (em conjunto, a "Pessoas Autorizadas") determinadas informações técnicas, comerciais, financeiras ou outras, relativas ao seu respectivo negócio, bem como o acordo de serviços e quaisquer alterações, se esta informação foi entregue por escrito, verbalmente ou por qualquer outro meio ("Informação Confidencial").

5.2. A Informação Confidencial inclui, mas não está limitado a, documentos que descrevem os negócios da CONTRATANTE, as negociações e discussões entre as PARTES no que diz respeito ao acordo de serviços e todos os documentos e informações que tenham uma ligação direta ou indireta com a execução do serviço do presente Contrato pela a CONTRATADA.

5.3. A CONTRATADA se compromete a :

(i) Manter a informação confidencial e não comunicá-la a terceiros (exceto as Pessoas Autorizadas), exceto no caso de ter obtido o acordo prévio e por escrito da parte que possui informações confidenciais relevantes; a este respeito, a CONTRATADA deverá tomar qualquer ação que seja necessária para garantir a segurança, a integridade e a não-alteração da informação confidencial ou cujo o acesso é restrito a pessoas autorizadas.

(ii) Utilizar as Informações confidenciais apenas para os fins do Contrato firmado, e, portanto, abster-se de usá-lo de qualquer outra forma, direta ou indiretamente, sob qualquer forma, seja por si só, ou em nome de qualquer terceiro;

(iii) Assegurar que as pessoas autorizadas a quem toda ou parte da informação confidencial é comunicada tenham conhecimento destas obrigações e responsabilidade para o seu devido cumprimento;

(iv) A devolução à CONTRATANTE de todas as Informações confidenciais na sua posse, e destruir quaisquer cópias de qualquer item das informações confidenciais em sua posse (embora esta obrigação não se estenda a documentos ou relatórios elaborados com base de informações confidenciais ou incorporação de determinados itens de informações confidenciais, sujeitos a estes documentos e relatórios restantes confidenciais nos termos das condições estabelecidas nos parágrafos).

5.4. Entende-se que as obrigações referidas nas alíneas "(i)" a "(iv)" da cláusula 5.3 acima não se aplicam às informações confidenciais comunicadas por uma parte e que:

(i) Tenha caído em domínio público no momento ou após a sua, desde que a comunicação não foi resultado de uma violação por terceiro;

(ii) Ser comunicada pela outra parte sob qualquer lei ou regulamentação aplicável de qualquer órgão regulamentador; e

(iii) Legitimamente obtido pela parte destinatária de um terceiro que não violou qualquer obrigação de confidencialidade ou divulgação da informação.

5.5. Essa obrigação de sigilo aplica-se durante toda a duração do presente Contrato e para cada sub contratação realizada pela CONTRATADA para a prestação de serviços e por um período de 05 (cinco) anos após o termo ou rescisão do Contrato ou dos serviços relevantes acordados, por qualquer razão que seja, desde que a obrigação de confidencialidade no que respeita a proteção dos dados da CONTRATANTE subsiste enquanto não são colocados no domínio público pela parte que detém a informação original inerentes a proteção de dados pessoais.

5.6. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a comunicar qualquer informação sobre o Contrato ou em qualquer acordo de serviços com terceiros que a CONTRATANTE pode consultar na contratação de serviços, inclusive como parte de um pedido de proposta.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL

6.1. Todos os entregáveis, incluindo o desenvolvimento, produzido para e/ou fornecido para a CONTRATANTE como parte dos serviços efetuados pela CONTRATADA que estão cobertos sobre a lei de direitos sobre propriedade intelectual (direito de propriedade industrial, literário e artístico) devem, em respeito ao código de propriedade intelectual Brasileiro serem atribuídos exclusivamente à CONTRATANTE. A CONTRATADA deve fornecer à CONTRATANTE o código fonte e os códigos de objeto correspondentes para a área de tecnologia da informação. A CONTRATADA reconhece que os direitos de propriedade tangíveis devem ser atribuídos à CONTRATANTE.

6.2. Como resultado, a CONTRATADA atribui exclusivamente os seguintes direitos para a CONTRATANTE, como e quando os produtos são produzidos, nas condições estabelecidas no presente acordo:

(i) O direito de reproduzir, duplicar, imprimir ou gravar todo o material em mídia, especificamente papel, meios magnéticos e digitais, CD-ROM, DVD, Disco Rígido, dispositivos de armazenamento móveis, telefones, independente do sistema operacional utilizado e configuração. Este direito de reprodução inclui o direito permanente ou provisório de reprodução de qualquer material no todo ou em parte, utilizando-se de todos os meios e todas as suas formas e, incluindo as ações de visualização, execução, transmissão ou de armazenamento.

(ii) A Adaptação ou qualquer outra mudança do produto, em todo ou em parte em qualquer outro idioma, Português BR ou outra em qualquer outra linguagem tecnológica, o direito de corrigir, desenvolver, produzir novas versões ou um novo desenvolvimento, manutenção, descompilar, compilar, transcrever, converter, reparar, digitalizar, reconfigurar interfaces com banco de dados de qualquer fabricante ou qualquer outro software de qualquer natureza, produto de desenvolvimento ou de tecnologia utilizando algoritmos para todos os propósitos operacionais integrados no todo ou em parte em futuras soluções.

6.3. Em casos que a CONTRATADA utiliza ou integra componentes de software de código aberto, a CONTRATADA é obrigada a notificar a CONTRATANTE sobre este uso, a fim de obter por escrito autorização prévia. Em tais circunstâncias, a CONTRATADA obriga-se a obter todos os direitos necessários dos respectivos detentores dos direitos, do autor e outros direitos, especialmente, mas não exclusivamente, o direito de sublicenciar esses direitos à CONTRATANTE no contexto de serviços.

6.3.1. As PARTES concordam em não usar componentes de software livre ou de código aberto, onde os termos e condições de licenciamento teriam um efeito negativo sobre determinadas disposições contidas nas cláusulas.

6.3.2. Em qualquer caso, A CONTRATADA enviará à CONTRATANTE todas as informações sobre os componentes de software de código livre ou aberto relevantes, incluindo os termos e condições da licença concedida pelos detentores de direitos associados a estes componentes.

6.3.3. Se um componente de um software gratuito ou de código aberto utilizado pela CONTRATADA no contexto dos serviços prestados é fonte de uma falha, a CONTRATADA deve assegurar que a falha seja corrigida imediatamente.

6.4. A CONTRATADA não integrará dentro do código fonte do produto contratado elementos que impossibilitem a CONTRATANTE uma futura troca da CONTRATADA para continuidade dos serviços prestados.

6.5. Em qualquer circunstância a CONTRATADA deve especificar à CONTRATANTE, em um anexo ao presente Contrato as exigências para entrar em um acordo de licenciamento e pagar uma taxa correspondente para o software de TERCEIROS, ou quaisquer pacotes de software do qual a CONTRATADA adquiriu separadamente e que são fornecidos pela CONTRATADA.

6.6. A CONTRATADA e a CONTRATANTE só devem conceder licenças e direitos somente referentes ao presente Contrato, nenhum outro direito ou licença deverão ser fornecidos por ambas as PARTES.

6.7. Cada PARTE poderá por efeito de sua atividade, utilizar as ideias, conceitos e know-how que a suas equipes obtiveram durante o presente Contrato, porém estarão sujeitos a cumprir as regras de confidencialidade e as disposições acima sobre a concessão de direitos de propriedade intelectual.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. No caso em que uma das PARTES viole esse acordo, as PARTES concordam que a PARTE prejudicada terá direito de rescisão e compensação por eventuais perdas ou danos diretamente sofridos, seja qual for o fundamento jurídico, refletindo o acordado entre as PARTES e a maneira pela qual concordaram em compartilhar os riscos.

7.2. A CONTRATADA concorda que a CONTRATANTE pode fazer alegações sobre o desempenho no âmbito do Contrato firmado. Quando a CONTRATANTE alegar perdas inerentes a uma ação em nome dos seus destinatários, os direitos e as perdas dos beneficiários devem ser avaliadas como se estas perdas tivessem sido incorridas ou sofridos pela CONTRATANTE.

**ANEXO II – PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL GW002344 VINCULADA AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADO ENTRE BANCO CSF S.A E GLOBAL WEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA, EM 3 de agosto de 2018.**

*(O remanescente desta página foi deixado em branco propositalmente. A Proposta Técnica e Comercial mencionada segue nas páginas subsequentes)*